

**VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL**

**Felix Garcia Lopez**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea)

**Fabio de Sá e Silva**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diest/Ipea

Este estudo contribui para a discussão da relação entre estrutura social e valores da sociedade brasileira, tendo como pano de fundo as transformações sociais e econômicas observadas na última década, em particular o processo de mobilidade econômica ascendente dos mais pobres.

Os dados utilizados foram coletados, em novembro de 2012, por meio de entrevistas com 3.772 pessoas, utilizando-se uma amostra probabilística de domicílios, com margem de erro geral (nacional) de 5% e nível de confiança de 95%, para o Brasil e as Grandes Regiões. Além das variáveis tradicionais – renda e escolaridade –, o plano de análise incorporou informações relativas a *sexo, raça/etnia, idade, região e filiação religiosa*.

Os principais resultados indicam que, se por um lado, o país pode celebrar uma década inclusiva sob o ponto de vista da redução da desigualdade de renda (Ipea, 2012b), por outro, o quadro de preferências dominantes em temas como aceitação da diversidade, combate à desigualdade, participação política e relações raciais, entre outros, é repleto de ambivalências.

No que tange à democracia, verifica-se que a maioria dos cidadãos percebe ter capacidade mediana de influenciar o governo e considera o voto a principal arma de que dispõem para tanto. Outros entendem ter mais alta capacidade de influência e reconhecem em instâncias de influência direta ou participativas um bom canal para fazê-lo. As posições se dividem em questões mais substantivas da ordem democrática, tais como se pobres votam pior que ricos; se a luta de grupos minoritários por direitos é positiva ou negativa para o país; ou se os cidadãos devem dispor de direito incondicional ao protesto.

Cenário semelhante se repete quanto à igualdade de gênero. Em alguns aspectos, como violência doméstica ou relações de trabalho, há alta adesão à igualdade de gênero. Entretanto, em temas caros ao movimento feminista, como o aborto ou a “culpa concorrente” da mulher pelo estupro, há grande divisão na sociedade. As opiniões quanto às formas de se combaterem as desigualdades econômicas também se dividem: fração expressiva dos cidadãos valoriza a ação do Estado para reduzir desigualdades econômicas, mas parcelas razoáveis entendem que ela se relaciona mais ao esforço individual ou à desigualdade intrínseca entre as capacidades individuais.

Quase nenhuma dessas clivagens é explicada pela renda, o que sugere a inexistência de uma “nova classe média” com valores diferenciados, se tomadas como parâmetro desta definição as “classes de renda”. O resultado mais geral é que, sob o ponto de vista dos valores, há pouco sentido em caracterizar novas formações identitárias ou modos particulares de interpretar o mundo dando proeminência à recente modificação na estrutura de renda dos brasileiros.

O que, então, está associado à diversidade de posições mantidas pelos cidadãos em relação aos blocos temáticos analisados no texto? Além das *regiões geográficas* – que sempre geram efeito, o que demanda grande reflexão –, *escolaridade, religião* (em especial para evangélicos) e, em alguns poucos casos, *raça* são as variáveis que mais apresentam relação com as diferenças de posição entre os entrevistados. Mesmo a escolaridade tem comportamento pouco preciso. A maior escolaridade está ligada a posições mais voltadas ao interesse social, em questões sobre a apropriação do regime democrático e de seus

instrumentos, à qualidade do voto dos mais pobres ou à incondicionalidade do direito ao protesto. Contudo, ela também está associada a uma posição mais liberal em questões sobre o papel do Estado e do indivíduo no combate às desigualdades – ou, em outro plano, à posição de que as desigualdades raciais são, na verdade, desigualdades de renda.

Efeitos especialmente interessantes emergiram com relação à variável idade. A juventude apresenta níveis de adesão a princípios e valores democráticos tão ou mais vigorosos que os das demais faixas etárias. Considerar os jovens como um grupamento independente – isto é, tomar a idade e o fator geracional como variável que, em si, tem efeitos singulares – permite suplantiar o imaginário sobre a apatia destes, o que, parece inadequado para dar conta de formas não convencionais de participação eventualmente mais disseminadas entre eles. Mesmo assim, as respostas desta faixa etária estão longe de gerar um padrão claramente progressista: se isso ocorre em relação a temas políticos, em outros temas, como o aborto, os jovens exibem posições mais atreladas às do *status quo*.

## SUMÁRIO EXECUTIVO